

Dando continuidade aos Encontros que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar no âmbito do património arqueológico e sua valoriação, em 2007 realizou-se o Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. O Fórum decorreu nos dias 28, 29 e 30 de Junho nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, integrando quatro sessões coordenadas por diversos investigadores:

Sessões 1 e 2

Duas linhas de investigação regional: estudos cerâmicos e estudos judaicos:

sessão 1. Estudos cerâmicos

Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Junho (manhã)

sessão 2. Estudos judaicos

Pinhel, 28 de Junho (tarde)

Sessão 3

Panorama da investigação regional

Vila Nova de Foz Côa, 29 de Junho

Sessão 4

Arqueologia Experimental

Meda, 30 de Junho

Decorreu uma mesa-redonda no Museu D. Diogo de Sousa em Braga, ainda no âmbito deste Fórum, dedicada ao tema *Sítios Arqueológicos e Visitantes*.

As Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa apoiaram o Fórum e viabilizaram a edição destas actas. Deixamos expresso o nosso reconhecimento, em nome da organização e de todos os investigadores que tiveram a oportunidade de nele participar.

A realização regular destes Encontros e a publicação atempada das suas actas, contribuem seguramente para que a investigação se mantenha dinâmica nesta região. Todos continuaremos a colaborar, entidades e investigadores, para que os conhecimentos sobre o património se aprofundem e a sua valorização se torne uma realidade cada dia mais presente.

A Organização do Congresso

ACDR PAVC

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

actas das sessões

volume 1

Cerâmicas no Quotidiano
Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas

volume 2

Investigar e Valorizar o Património
Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 3

Do Paleolítico à Contemporaneidade
Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes,
Alto Douro e Beira Interior

volume 4

Arqueologia Experimental
Recriações do passado em ritmos do nosso tempo

Este volume integra as actas da sessão dedicada aos Estudos Judaicos que teve lugar em Pinhel, no dia 28 de Junho de 2007. Foram cinco os conferencistas, aqui se dá conta de três das comunicações. A região é um campo fértil para o desenvolvimento desta linha de investigação que certamente será mais debatida em próximos congressos.

A este tema junta-se um outro, que serviu de mote à mesa-redonda intitulada "Sítios Arqueológicos e Visitantes". Embora integrada no Fórum, decorreu em Braga, no Museu D. Diogo de Sousa, por ocasião da inauguração do Museu e da Exposição temporária "A Arte que o Côa Guarda". Contou com um leque de investigadores e pensadores que enriqueceram o Fórum com os seus contributos. O moderador e organizador faz, nestas actas, uma esclarecedora síntese das intervenções que ocorreram e um dos participantes desenvolve, com vantagem para todos nós, as suas reflexões.

Encerram o volume dois textos que integram uma secção "à margem dos trabalhos". Textos que decorreram de intervenções noutra espaço de debate científico mas que, dado versarem temas regionais, foi considerado que seria útil incluir aqui.

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



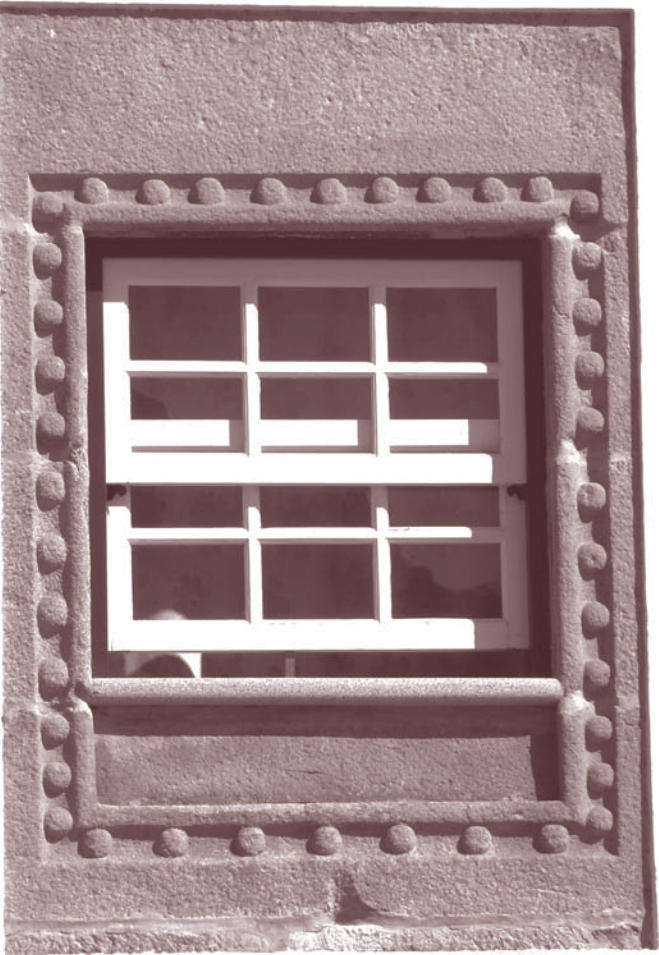
entidades financiadoras da edição:



Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 2



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional
actas das sessões

Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos
Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 2

Índice

4 Prefácio

6 introdução

Estudos Judaicos

8 acta 01
Judaísmo e Arquitectura Vernácula Civil na Beira Interior Quinhentista
Arq. José da Conceição Afonso

34 acta 02
Um percurso com fé. O Património Judaico de Trancoso
Carla Alexandra dos Santos

42 acta 03
Um olhar por Pinhel Judaico
Laurindo Saraiva

Sítios Arqueológicos e Visitantes

46 acta 04 (relatório da sessão)
Mesa Redonda. Sítios Arqueológicos e Visitantes
Francisco Sande Lemos

54 acta 05
Públicos, Consumidores, Clientes e o que mais se verá.
J. Henrique Praça

À margem dos trabalhos

60 acta 06
A construção da carta arqueológica do PAVC. A sua importância para a investigação e gestão do património do Vale do Côa.
Luís Luís

72 acta 07
O papel da classificação na inventariação e salvaguarda da arte rupestre e demais sítios arqueológicos do Vale do Côa
António Pedro Batarda Fernandes

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional

Coordenação do Congresso

??????

Coordenação Editorial das Actas

????????

Coordenação Científica da Sessão

??????

Coordenação da Publicação

Miguel Rodrigues e Paulo Dordio

Autores

Revisão de Textos

?????

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

?????

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-4-1

Depósito Legal

??????

Tiragem

1000 Exemplares

A construção da carta arqueológica do PAVC.

A sua importância para a investigação e gestão
do património do Vale do Côa.

Luís Luís

(Arqueólogo, Parque Arqueológico do Vale do Côa, lluis.pavc@igespar.pt)

Palavras-Chave: Vale do Côa, carta arqueológica, SIG, ordenamento do território

Resumo

Na sequência da divulgação da descoberta dos primeiros vestígios de arte rupestre do Vale do Côa, iniciou-se um processo de investigação arqueológica relativo à arte e respectivo contexto arqueológico.

Como resultado dessa investigação procedeu-se à criação de um primeiro inventário relativo aos sítios arqueológicos identificados. Numa primeira fase, tratava-se de uma simples base de dados, que não se encontrava directamente relacionada com a sua referência cartográfica.

No decurso da elaboração da proposta de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, no contexto do previsto na Lei n.º 107/2001 (n.º 7 do art.º 75.º), procedeu-se à transformação do inventário existente num projecto SIG, integrando-se a base de dados e a respectiva representação gráfica geo-referenciada.

No presente texto descreve-se todo o processo de constituição da carta arqueológica, com as suas dificuldades. Assinalam-se as virtudes e limitações da fase actual de desenvolvimento, e apontam-se os futuros passos a seguir, num projecto em construção permanente. Finalmente, salienta-se a importância deste instrumento de trabalho na investigação e gestão do território em questão, no quadro do futuro plano de ordenamento de parque arqueológico (Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio).

A divulgação da identificação de arte rupestre paleolítica ao ar livre no Vale do Côa em 21 de Novembro de 1994 (Carvalho, 1994), teve profundas repercussões em termos científicos e socio-políticos, não só nacional, como internacionalmente. Internacionalmente essas repercussões foram sobretudo científicas, apesar do activo envolvimento de grande parte da comunidade científica internacional na preservação da arte. A descoberta de tão vasto conjunto de arte paleolítica ao ar livre operou uma “revolução copernicana” (Zilhão, 1998b) no mundo da arte paleolítica. Este reconhecimento científico integrou aquilo a que se apelidou já da revolução dos três C (Côa, Chauvet, Cosquer) (Clottes, 1998), um dos mais importantes momentos da historiografia da arte paleolítica europeia, logo após a descoberta gruta de Altamira, por Marcelino Sanz de Sautuola, e a sua posterior validação pela arqueologia francesa (Cartailhac, 1902).

Em território nacional, o impacto desta descoberta foi sobretudo socio-político. Nunca nenhuma descoberta ou polémica de natureza arqueológica teve tanta repercussão na sociedade portuguesa, envolvendo-a e dividindo-a. Este debate público acabou mesmo por atingir a esfera política, o que teve como consequência uma profunda mudança no papel e função da arqueologia na sociedade portuguesa. Essa mudança foi para além de mudanças institucionais. Se antes do Côa (a.C.) o património arqueológico era visto como um preâmbulo em planos de ordenamento ou uma formalidade legal cumprida a contragosto no decurso de obras de grande vulto, em consequência directa de todo o contexto da descoberta e preservação da arte do vale, este mesmo património passou a ser, de pleno direito, um elemento a considerar na gestão do território. Não desprezamos as consequências negativas que tal processo teve em parte da opinião pública, mas em termos legais e práticos o Caso Foz Côa veio alterar profundamente a posição da arqueologia em todo o planeamento e gestão territorial.

A construção da carta arqueológica do PAVC

Embora seguramente a história não esteja ainda toda escrita, a verdade é que processo de descoberta, divulgação e preservação se encontra já amplamente debatido e analisado (por ex. Luís, 2000). Por essa razão, interessa-nos apenas aqui tratá-lo de forma a explicitar o processo de construção da carta arqueológica do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

Depois de cerca de um ano de debate, foi apenas em Outubro de 1995, com a eleição do Governo Constitucional, que a preservação in situ da arte paleolítica do Vale do Côa ficou garantida. Em inícios do ano seguinte, o novo executivo suspende as obras de construção da barragem e encarrega uma equipa científica, que já se encontrava a trabalhar no campo, da elaboração de um relatório que sintetizasse “o conhecimento existente” e esclarecesse “definitivamente o verdadeiro valor e a verdadeira dimensão dos achados” arqueológicos do curso final do rio Côa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro). Este mesmo relatório foi apresentado a 2 de Janeiro de 1997 e posteriormente publicado (Zilhão, 1998a).

fig. 1 Ficha da carta arqueológica do PAVC (Microsoft Access).

Microsoft Access - [Ficha de realocação de Sítios Arqueológicos]

Ficheiro Editar Ver Inserir Formatar Registos Ferramentas Janela Ajuda

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Inventário de Sítios Arqueológicos

Data: 14-08-1995 IIº de inventário: 002 Sigla: CAR

Designação: Cardina I e II

CHS: 11108 IIº de Processo(s): 97/1(184); 90/1(374)

Distrito, Concelho, Freguesia: Guarda, Vila Nova de Foz Côa, Santa Comba

Topónimo: Cardina (Salto do Boi)

Carta Mil: 151

Latitude II: 40 58 47 Longitude W (Greenwich): -7 06 01

Paralelo / Y: 446317,15625 Meridiano / X: 286825,59375 Altitude (m): 165

Tipo: Estação de ar livre

Período: Paleolítico superior (Gravetense, Proto-Solutrense e Magdalenense); Neo-Calcolítico

Descrição sítio: Ocupa duas plataformas distintas plantadas com oliveiras, localizadas na margem esquerda do Côa, num troço onde este rio descreve um cotovelo apertado. Cardina II deve corresponder a um coluvionamento da parte superior da sequência estratigráfica reconhecida em Cardina I. O sítio já sofreu várias campanhas de escavação e forneceu artefactos paleolíticos de vários períodos, em quartzo, quartzito, sílex, cristal de rocha e riolite. A conservação de uma sequência estratigráfica com ocupação de várias épocas, a presença de carvões e restos de fauna nos níveis de base, a identificação de estruturas de habitat, fazem deste local um sítio de primeira grandeza e de importância crucial.

Descrição breve: Ocupa duas plataformas distintas plantadas com oliveiras, localizadas na margem esquerda do Côa, num troço onde este rio descreve um cotovelo apertado. O sítio tem vindo a ser alvo de várias campanhas de escavação.

Bibliografia: ZILHÃO et al., 1995: 471-497; AUBRY et al., 1997: 75-209.

Cadastro: Luís Augusto Leonardo, Hereiros de Etelvina Carrasco-Maria da Conceição Benedito Lopes Nunes, Maria Emilia Dias, Ma

Classificação: MN Imagens:

Conservação: Regular

Ameaça: Agricultura

Uso Solo: Agrícola Protecção:

Acessos: Caminho carreteiro com origem nas Tomadias.

Observações:

Registo: 2 de 261

Vista de formulário

O relatório apresentava uma súmula dos resultados dos trabalhos realizados entre 1995 e 1996, um estudo da geologia regional, a publicação da arte rupestre de quatro dos principais núcleos e a carta arqueológica do PAVC.

Até então, a investigação arqueológica no Vale do Côa resumia-se à escavação da ção romana da Quinta de Santa Maria da Ervamoira (Guimarães e Peixoto, 1987), tendo a primeira carta arqueológica do concelho sido publicada em 1996 (Coixão, 1996).

A primeira versão da carta arqueológica do PAVC baseava-se fundamentalmente nos trabalhos de prospecção das equipas do Parque e apresentava-se sobre a forma de fichas, contendo 11 campos descritivos para cada sítio, a saber: número de ordem e código; topónimo; data de descoberta ou visita por equipas do PAVC; localização administrativa; coordenadas geográficas; implantação e descrição das condições de achado; trabalhos efectuados e descrição da estratigrafia e estruturas reconhecidas; materiais arqueológicos observados ou recolhidos; atribuição cronológica; potencial; observações diversas. A localização dos sítios foi publicada em cartas 1:100.000 (Aubry et al., 1998: 88). Foram então publicados 52 sítios e 12 achados isolados, percorrendo cronologias entre o Paleolítico inferior e a Época moderna e contemporânea.

Após a edição deste relatório, que visava o objectivo imediato de assegurar a preservação deste património, a investigação arqueológica do PAVC prosseguiu com os seguintes objectivos fundamentais:

- . Contextualizar os diferentes momentos artísticos do Vale do Côa;¹
- . Conhecer a evolução da ocupação humana do território.

Estes objectivos foram-se cumprindo através da continuação de acções de prospecção arqueológica sistemática, do reforço da pesquisa bibliográfica e sobretudo dos projectos de investigação e intervenção arqueológica na área do PAVC e envolvente. Os projectos de investigação foram divididos em projectos internos, da responsabilidade de investigadores ao serviço do PAVC, que incidiam sobretudo em momentos pré-históricos, e projectos externos, da responsabilidade de variados investigadores que incidiam sobre a área do PAVC e zona envolvente.

Uma das tarefas então considerada necessária para correcta gestão e compreensão dos vestígios que foram sendo identificados, foi a produção de uma base de dados de sítios arqueológicos.

Numa primeira fase, esta base de dados foi elaborada por Alexandra Cerveira Pinto Lima com recurso ao programa informático FileMaker Pro, seguindo os campos definidos para a publicação do relatório.

A partir de 2000 optou-se pela sua conversão para Microsoft Access, com vista à sua futura integração num Sistema de Informação Geográfica (SIG). Esta conversão foi realizada com o recurso à Ficha de Relocalização de Sítios Arqueológicos, então utilizada pelas Extensões do Instituto Português de Arqueologia (IPA), que foi sendo alterada de acordo com as necessidades verificadas.²

Chegou-se assim a uma base de dados (PAVCsítios), cuja ficha contém 29 campos para preenchimento (fig. 1). Neste momento, esta base de dados contém 258 entradas que correspondem a sítios arqueológicos inseridos dentro da área do PAVC, tal como definida no Decreto-Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro, e zona envolvente.

Os 29 campos são sobretudo de texto livre, onde figuram a designação, localização administrativa, coordenadas geográficas (Datum Lisboa e rectangulares), descrição do sítio e sua interpretação, referências, proprietários, acessos, etc. Com o objectivo de uniformizar, compatibilizar e evitar erros de atribuição, a base de dados possui também campos com caixas de combinação que seguem o thesaurus definido para a base de dados do IPA, o Endovélico (http://www2.ipa.min-cultura.pt/ipa/basedados/basedados_thesaurus.html), no que diz respeito a: tipo de sítio, período histórico, estado de conservação, uso do solo, ameaças e classificação.

Já noutro local realizámos uma análise deste inventário (Luís, 2005), mas podemos referir brevemente que, dos 253 sítios inscritos na base de dados do PAVC, 209 (81%) foram identificados pelas suas equipas, sendo o conhecimento dos restantes devido à pesquisa bibliográfica. Neste conjunto de sítios incluímos igualmente os núcleos de arte rupestre (31), cuja descoberta e estudo detalhado se devem aos investigadores do CNART. Na primeira fase da construção desta carta não se havia incluído este tipo de

¹ O estudo da arte rupestre do vale ficou atribuído ao Centro Nacional de Arte Rupestre, a partir da sua criação como serviço dependente do IPA, altura em que o PAVC, que já existia de facto, passou igualmente a ser um serviço dependente do então criado instituto (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio).

² Agradecemos a colaboração da nossa colega, Jacinta Bugalhão, então chefe da Divisão de Inventário do IPA.

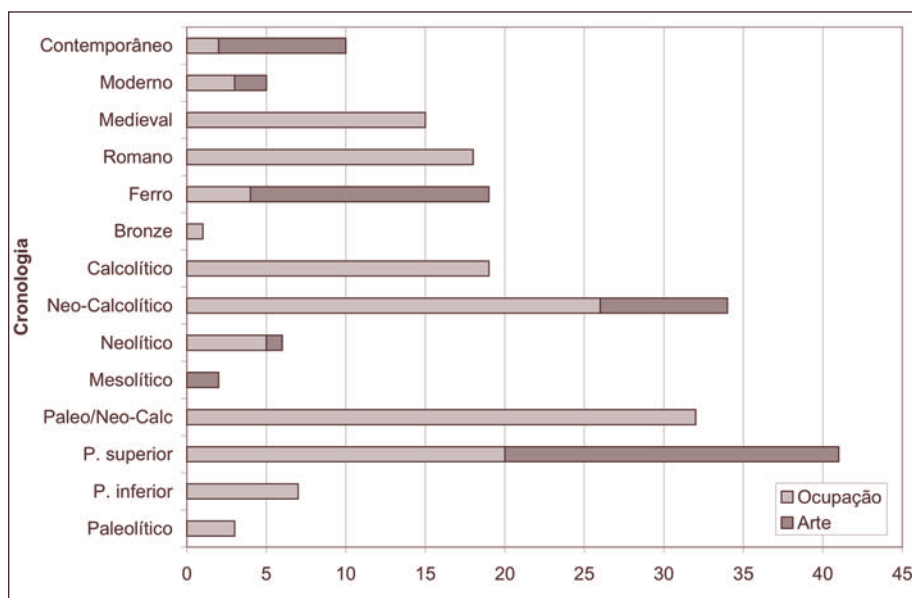


fig. 2 Ocupações identificadas no Vale do Côa.

sítios. Não substituindo uma mais detalhada base de dados do CNART, considerou-se, contudo, que os sítios de arte rupestre não poderiam estar ausentes de uma base de dados arqueológica cujo objectivo de conhecer e gerir o património de um determinado território. O PAVC não tem responsabilidades directas na investigação da arte rupestre do vale, mas tem-nas na sua protecção.³

O conjunto de sítios registados abrange uma cronologia longa, desde o Paleolítico inferior à Época contemporânea (fig. 2). A atribuição cronológica das ocupações da maioria dos sítios deriva exclusivamente da análise dos materiais observados à superfície. Esta atribuição é por vezes dificultada quando nos encontramos perante ocupações, cujos materiais característicos são difíceis de distinguir a partir de amostras identificadas à superfície. Daí resulta, por exemplo, o grande número de sítios com a classificação “Neo-calcolítico”, quando comparado com o reduzido número de sítios com uma cronologia do Neolítica, Calcolítica ou da Idade do Bronze. Este facto fica-se a dever à existência, em muitas jazidas, de cerâmica manual sem decoração, o que se apresenta como uma dificuldade à atribuição cronológica. Simplificando, estes materiais poderão ser datados desde o Neolítico até à Idade do Bronze, isto sem contar com todas as produções cerâmicas manuais posteriores. Uma vez que o thesaurus do IPA não contém qualquer termo que possa integrar todos estes momentos, como por exemplo “Pré-história Recente”, adoptou-se o termo “Neo-calcolítico”, que em sentido literal exclui a Idade do Bronze. Da análise do gráfico, resulta um predomínio dos horizontes pré-históricos. Este facto estará seguramente relacionado com a especial incidência da investigação nestes horizontes. O registo de sítios com cronologias pós-medievais não é exaustivo, salientando-se aqui os núcleos de arte rupestre históricos e as ocupações de épocas modernas e contemporâneas em jazidas com ocupações anteriores.

A prospecção e registo de sítios arqueológicos na área do PAVC e envolvente têm vindo a ser levados a cabo de forma continuada desde 1995, com picos em 1997 e 2000 (fig. 3). É curioso verificar que o número de sítios identificados é inversamente proporcional ao número de dias empregues em escavação. Isto é, nos anos em que se escavou mais, prospectou-se menos, o que revela uma interessante complementaridade destas duas acções fundamentais à investigação arqueológica.

Como qualquer carta arqueológica, esta base de dados é sobretudo um instrumento de investigação e gestão do património arqueológico e nunca se encontra concluída.

A localização cartográfica dos sítios foi inicialmente feita directamente sobre as Cartas Militares 1:25.000 e, numa segunda fase, sobre cartografia digitalizada. Este procedimento fazia com que as fichas dos sítios arqueológicos e a sua implantação cartográfica fossem duas realidades distintas e separadas, sendo a realidade uma. Recorrendo-se às possibilidades informáticas que a arqueologia tem hoje ao seu dispor, iniciou-se assim a integração desta carta arqueológica num projecto SIG. Este projecto encontrava-se já em construção, no âmbito da criação do Plano de Ordenamento do PAVC.

³ Esta situação alterou-se a 29 de Março de 2007, com criação do IGESPAR, I.P. (Decreto-Lei, n.º 97) e consequente extinção do IPA, bem como alguns dos seus serviços dependentes, nos quais se incluía o CNART. Esta equipa de investigação foi então integrada no PAVC [nota de Novembro de 2008].

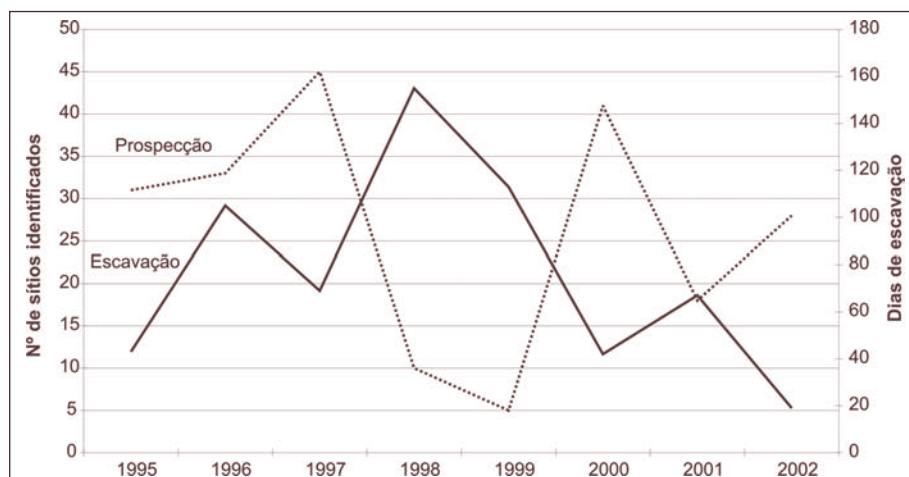


fig. 3 Relação entre prospecção e escavação no PAVC.

O projecto SIG no quadro da criação do Plano de Ordenamento do PAVC

Entende-se hoje que todo o património arqueológico, para além de se inserir num tempo, se insere num espaço, que é fundamental para a sua total compreensão (Tilley, 1994). Pelas suas características, o património do Vale do Côa, sobretudo o rupestre, encontra-se profundamente vinculado ao território envolvente, o que levou mesmo a defender-se que o monumento é o próprio vale (Zilhão, 2000).

Obtida a protecção legal do conjunto de sítios, através da sua classificação como Monumentos Nacionais (Decreto n.º 32/97, de 2 de Julho), bem como o reconhecimento internacional da sua valia, através da sua integração na lista de Património Mundial em Dezembro de 1998 (UNESCO, 1999), seguiu-se no sentido da protecção do território envolvente, que os enquadra e dá significado.

Neste sentido suspenderam-se, pelo prazo de dois anos, os Planos Directores Municipais dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda, numa área de cerca de 200 km², em torno dos núcleos de arte do curso final do rio Côa, sujeitando-se esse território a um conjunto de medidas preventivas (Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro). O prazo de suspensão foi entretanto prorrogado, pelo prazo de seis meses (Decreto-Lei n.º 95/2001, de 23 de Março).

Tratava-se aqui apenas de medidas preventivas com um prazo definido. A figura de parque arqueológico continuava ausente da lei portuguesa e a sua expressão territorial. O Parque Arqueológico do Vale do Côa existia apenas enquanto serviço dependente do IPA, com a função de gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os sítios arqueológicos inseridos na zona especial de protecção (art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio).

Foi então necessário esperar pela nova lei do património cultural (n.º 107/2001, de 8 de Setembro) para a definição da figura de parque arqueológico enquanto um instrumento do regime de valorização dos bens culturais. Um parque arqueológico passa a ser definido como “qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios” (n.º 4 do art.º 74.º). O n.º 7 do art.º seguinte definia que “com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos (...) a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território”.

Ficava assim legalmente definido o que era um parque arqueológico, o que era o seu território e o instrumento para a sua gestão, o plano de ordenamento de parque arqueológico. A forma de criação e gestão do plano eram deixados para definir em legislação de desenvolvimento, concretizada no Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio. Tratou-se de um processo ímpar, em que uma realidade arqueológica andou à frente e influenciou a construção do edifício legal (Pau-Preto e Luís, 2003). O desenrolar destes acontecimentos influenciou de forma determinante todo o processo de construção da carta arqueológica do PAVC, conferindo-lhe uma nova importância, enquanto instrumento de gestão de um território, ao abrigo de uma nova figura do ordenamento do território.

Ponto da situação, potencialidades e importância do projecto

Neste momento, a compatibilização integral dos dados compilados pelo IDAD encontra-se terminada. A equipa do PAVC encontra-se numa fase de relocalização dos sítios, mas mais importante do que isso, tem-se vindo gradualmente a substituir os pontos que localizam os sítios arqueológicos por áreas de distribuição de achados.⁶

Com a excepção dos núcleos de arte rupestre e restantes sítios arqueológicos classificados como Monumento Nacional, todos os sítios arqueológicos se encontram assinalados por meio de pontos. Isto não corresponde à realidade material dos vestígios no terreno, pelo que se deverá partir para um conjunto de polígonos, que correspondem às áreas de dispersão de achados, o que se revelará mais útil e informativo para a gestão e investigação arqueológica.

Tradicionalmente as cartas arqueológicas consistem na implantação de pontos sobre diferentes tipos de cartografia, que localizam os vestígios arqueológicos, identificados em prospecção ou referidos pela bibliografia. Se para determinados tipos de análise e aproveitamento dos dados esta prática se pode ainda justificar, quando nos debruçamos sobre um microterritório, esta prática revela-se insatisfatória. Tem-se verificado que a substituição de pontos por áreas de distribuição de achados se torna particularmente vantajosa em termos de gestão territorial, mas também de investigação arqueológica. A título de exemplo, refira-se que estudos recentes de arqueologia romana têm beneficiado da análise das áreas de distribuição de achados. Parte-se aqui do pressuposto que diferentes áreas de distribuição de achados, conjugadas com a natureza dos próprios achados, correspondem a realidades distintas relativamente às unidades de povoamento (Alarcão, 1998). Este tipo de análise tem a vantagem de poder oferecer um conjunto de hipóteses interpretativas acerca de estrutura e hierarquização do povoamento antigo, sem o recurso à escavação arqueológica em grande escala.

Em termos de gestão de um dado território mais facilmente se compreenderá a vantagem da delimitação exacta de áreas de distribuição de achados à superfície. Isso proporciona um conhecimento mais próximo da realidade do terreno, possibilitando desta forma, um melhor planeamento.

A presença de equipas no campo em trabalhos de monitorização, relocalização e delimitação de áreas de distribuição de achados proporciona igualmente a identificação de novos sítios arqueológicos. A carta arqueológica do PAVC é pois de um projecto em construção permanente. Só assim ela poderá funcionar como um instrumento válido e actualizado. Nesse sentido verifica-se uma constante actualização dos dados da base de dados, bem como no projecto SIG.

Por outro lado, verifica-se uma contínua adição de novos temas, seja pela criação de temas que reflectam a realidade actual do território do PAVC, seja pela importação de temas de carácter nacional, realizados por outras entidades (por ex. Atlas do Ambiente), que possam ter implicação na gestão dos vestígios arqueológicos.

O PAVC tem vindo a desenvolver outros projectos de ArcGIS, como sejam a delimitação das propriedades privadas que se encontram integradas nas áreas classificadas como Monumento Nacional, ou a definição das características ambientais do território do Parque, levada a cabo pela bióloga Sónia Emídio, com vista a uma eventual introdução de cavalos Przewalski (Emídio, 2005). Apesar de, à primeira vista, não estar directamente relacionada com os dados de natureza arqueológica, a informação recolhida no âmbito destes projectos revela-se por vezes de grande utilidade para a gestão dos sítios arqueológicos e pode ser integrada no projecto de arqueologia.

Este projecto apresenta assim potencialidades, que podem servir os objectivos do PAVC, enquanto entidade responsável por um património inserido num território. Essas potencialidades derivam da possibilidade que o SIG proporciona em termos de estabelecimento de relações entre toda a informação introduzida.

Ele contribui decisivamente para o objectivo de “conhecer para proteger” o património arqueológico, possibilitando uma efectiva gestão patrimonial. A carta arqueológica do PAVC e a sua integração num projecto SIG fornece dados importantes para uma análise da estruturação e organização da ocupação de um território ao longo dos tempos, adaptando-se a análises de diferentes tipos. Podemos assim realizar a tradicional análise da ocupação humana ao longo dos tempos (Luís, 2005), e estabelecer a sua relação com as condicionantes do território, o uso actual do solo, a geologia, os tipos de paisagem actual, etc., com todas as implicações que isso possa ter para a gestão e estudo do património local.

⁶ No último ano, este trabalho tem vindo a ser realizado directamente por Winde Mertens, no âmbito de um projecto de estágio profissional, com a colaboração no terreno dos assistentes de arqueologia do PAVC, Carla Magalhães e Jorge Sampaio.

O projecto da carta arqueológica do PAVC, na sua versão SIG, permite igualmente perceber os modelos de localização de sítios arqueológicos, o que possibilitará a definição de cartas de sensibilidade e susceptibilidade arqueológica.

Distinguimos aqui as dimensões de sensibilidade e susceptibilidade arqueológica. Por carta de sensibilidade arqueológica entendemos a definição, a partir dos dados conhecidos, de zonas mais sensíveis em termos patrimoniais, devido à frequência da ocorrência de achados. Por exemplo, no caso do PAVC, o planalto da Olga Grande (Almendra) é uma zona de grande sensibilidade arqueológica, devido ao grande número de sítios arqueológicos com ocupação paleolítica identificados (cerca de 20, numa reduzida unidade geomorfológica). Igualmente, pela distribuição dos núcleos de arte rupestre identificados, podemos também definir as margens do Côa, e seus afluentes, assim como as margens do Douro, junto à foz do Côa, como zonas de grande sensibilidade arqueológica. Estes dados poderão ter grande relevância em termos de gestão do território e do património, podendo vir a definir-se zonas de reserva arqueológica ou buffers onde a actividade humana actual seja restringida ou controlada.

Já por carta de susceptibilidade arqueológica entendemos a definição de áreas onde seja previsível, ou não, o aparecimento de novos sítios arqueológicos, a partir do conhecimento que possuímos do terreno. Isto foi aliás já feito em relação às ocupações paleolíticas por Thierry Aubry (Aubry e Carvalho, 1998), ainda antes do projecto SIG. Neste caso, com base em dados arqueológicos, mas sobretudo geológicos e geomorfológicos definiu-se, um padrão de distribuição das ocupações, o que permitiu identificar sítios arqueológicos que não apresentavam quaisquer vestígios à superfície, por se encontrarem debaixo de grossas camadas sedimentares estéreis (por ex. Quinta da Barca Sul).

As áreas de forte declive não serão à partida susceptíveis de encerrar grande número de vestígios arqueológicos, devido à forte erosão que se verifica nessas zonas. Utilizando o SIG para elaborar uma carta de declives, poderemos definir áreas de fraca susceptibilidade de aparecimento de sítios de ocupação. No entanto, pelo conhecimento que possuímos, é exactamente nessas zonas que é susceptível o aparecimento de novos sítios de arte rupestre. Tendo em conta a sua distribuição, as áreas ribeirinhas do Côa e afluentes são áreas de forte sensibilidade, sobretudo em zonas que se insiram nas formações geológicas Desejosa ou Pinhão.

Analisámos recentemente outro exemplo de susceptibilidade arqueológica na área do PAVC (Luís, no prelo). Confrontando a distribuição de sítios arqueológicos romanos de alguma dimensão, geralmente identificados como villae, com a carta de capacidade e uso de solos, verificamos a sua relação directa com solos de classe A, isto é com maior capacidade agrícola (Vales da Veiga de Longroiva e de Santa Maria). Verificamos, contudo, que este tipo de vestígios se encontra ausente numa terceira área do território do PAVC, que apresenta este tipo de solos: junto à povoação de Algodres. Pensamos que este facto se poderá ficar a dever a uma falta de prospecção, ou ao facto do eventual sítio se encontrar hoje sob o aglomerado populacional. Trata-se contudo de uma zona susceptível de vir a fornecer novos dados, devendo por isso ser objecto de prospecção.

É este o tipo de resultados que poderemos obter a partir do estabelecimento de relações entre os diferentes temas do projecto SIG e a localização dos sítios arqueológicos. No que fica dito, não pretendemos que se veja uma apresentação propagandística do projecto. Queremos dar aqui apenas conta do caminho percorrido e das potencialidades do projecto. Reafirmamos que se trata de um projecto em curso, que começa a dar os primeiros passos, mas que apresenta ainda muitas falhas. Essas falhas verificam-se sobretudo ao nível humano, com a escassez de pessoal envolvido no trabalho de campo e de gabinete. Por outro lado, verificam-se ainda algumas falhas técnicas, pelo que poderemos apenas afirmar que se encontra em fase de implementação.

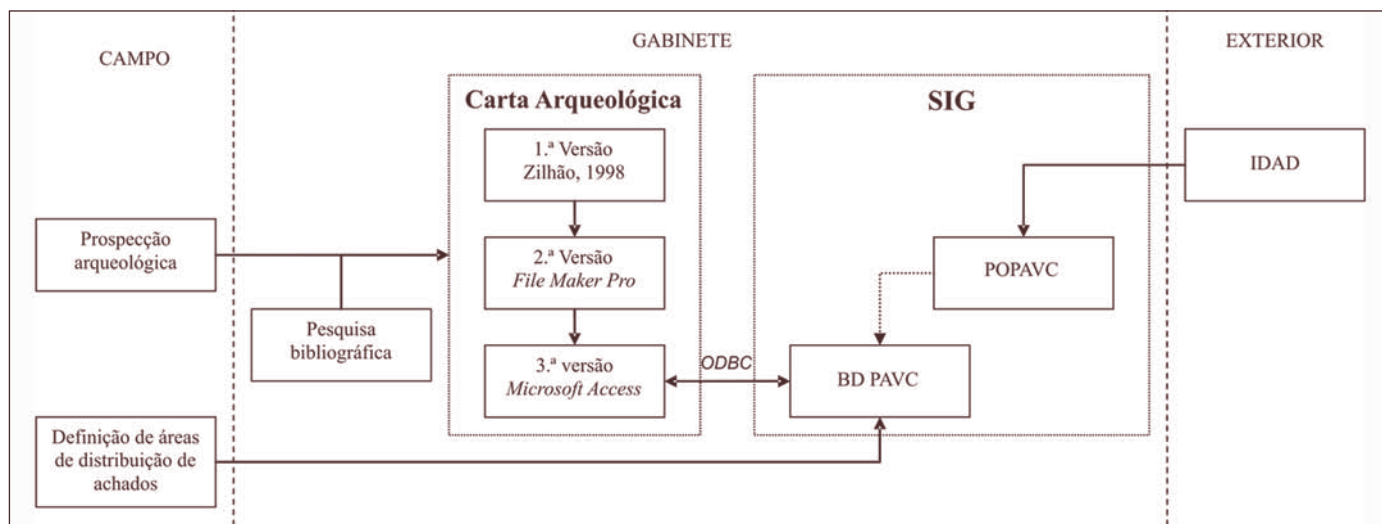


fig. 5 Processo de integração da base de dados de sítios arqueológicos no SIG.

Conclusão

A carta arqueológica constituiu-se desde cedo como um instrumento de investigação arqueológica. Ela era definida pela implantação de pontos numa carta topográfica, que correspondiam a fichas de descrição dos sítios arqueológicos. O conhecimento proporcionado por este documento de trabalho e estudo, cedo se tornou útil para a preservação do património. De forma a proporcionar um conhecimento mais próximo da realidade, verificou-se a substituição dos pontos por áreas de distribuição de achados.

Este instrumento de estudo, tornado instrumento de gestão, beneficiou grandemente com o surgimento dos Sistemas de Informação Geográfica. Esta ferramenta foi rapidamente aproveitada para a investigação e gestão arqueológicas (Allen et al., 1990; Lemos et al., 2000), nomeadamente no domínio do património artístico rupestre (San Nicolás del Toro e Muñoz Bellerín, 2001).

Tem sido também este o caminho percorrido pelo PAVC na construção da sua carta arqueológica (fig. 5). Ele tem sido desenvolvido a par de uma alteração radical na forma de encarar o património arqueológico no quadro do planeamento e ordenamento do território, devido às características próprias do património do Vale do Côa. Esta nova perspectiva desencadeou mesmo uma alteração legislativa, que levou ao aparecimento da figura de Parque Arqueológico e do Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, o seu instrumento de gestão fundamental (Pau-Preto e Luís, 2003; Pau-Preto, 2008).

Neste novo quadro legislativo, a carta arqueológica torna-se num projecto fundamental para o PAVC. A sua actual versão, e os modelos de susceptibilidade ou sensibilidade patrimonial que se realizem a partir dela, são fontes de informação de grande relevância para a gestão deste território. Uma vez criado o Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, o património do Vale do Côa deverá ser a condicionante fundamental, uma vez que são exactamente esses vestígios que determinam a elaboração de tal plano.⁷

A carta arqueológica, integrada num SIG, situa-se assim na interface de três incumbências fundamentais do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a investigação de um património, a sua gestão, às quais associa, pela primeira vez, a gestão de todo o território onde a arte rupestre se insere (fig. 6).



fig. 6 O SIG na interface das funções do PAVC.

Vila Nova de Foz Côa, Novembro de 2005

Post-scriptum

O presente texto resulta da nossa participação no Workshop “A arqueologia, os planos de ordenamento do território e os estudos de impacte ambiental: o inventário, a carta arqueológica, a carta de sensibilidade patrimonial”, que decorreu a 15 de Setembro de 2004, em Faro, no âmbito do IV Congresso de Arqueologia Peninsular.

Tememos que a sua publicação neste fórum resulte um pouco desenquadrada no espaço e no tempo. O seu espaço de publicação deveria ter sido o livro de actas do respectivo congresso, mas a inexistência de uma perspectiva de publicação levam-nos a publicá-lo aqui e agora. A questão do tempo é mais notória, uma vez que, tratando-se de um texto de “actualidade”, escrito em 2005, se poderá revelar algo datado.

⁷ A proposta de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, foi já homologada pelo Ministro da Cultura, aguardando-se para breve a publicação do respectivo decreto regulamentar. O Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico deverá ser publicado dois anos após a data da publicação do decreto regulamentar [ver Post-Scriptum].

Ainda assim optámos por não alterar o texto, introduzindo-lhe apenas a nota 3 e a presente, actualizando ainda algumas referências bibliográficas. Julgamos contudo que a sua publicação se justifica, pois acreditamos que o seu conteúdo se mantém válido, enquanto caminho, ponto da situação e definição de princípios orientadores.

Desde a elaboração deste texto muitas coisas mudaram, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das aplicações informáticas. Lamentamos contudo a falta de investimento do serviço em termos de formação, bem como a redução dos recursos humanos. Muitos dos colegas referidos no texto viram entretanto terminado o seu vínculo com o PAVC. A integração do CNART no PAVC veio contribuir para a igual integração dos dados relativos à arte rupestre. Neste momento, a arte não surge na carta arqueológica apenas sob a forma de núcleo de dispersão, mas ao nível de cada uma das rochas. Para isso contamos com a colaboração de Mário Reis, o arqueólogo responsável pela prospecção da arte rupestre.

Apesar da mudança em termos de tutela, com a substituição do IPA pelo IGESPAR, o PAVC continua por criar enquanto entidade gestora de um território, cujo uso se encontra condicionado pela sua riqueza patrimonial.

Assim, apenas se encontram protegidos os bens já classificados (14 núcleos de arte e 2 de habitat), ou em vias de classificação (9 núcleos de arte), o que, face à riqueza patrimonial da região e à importância da sua contextualização paisagística, é manifestamente insuficiente. Acresce que o território do Vale do Côa se encontra neste momento sob uma forte pressão. A justa fama dos vinhos do Alto Douro tem vindo a gerar um forte investimento na região, que provoca grandes alterações na orografia e uso dos solos, constituindo-se como uma potencial ameaça aos vestígios arqueológicos, nomeadamente rupestres. Na falta de uma protecção integral do território, o caminho a seguir será o da definição e futura classificação de novos núcleos, e sobretudo das respectivas Zonas Especiais de Protecção, que se encontra ainda numa fase inicial.

Em 2005 aguardávamos para breve a publicação do diploma de criação do PAVC, à luz do Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio (nota 7 deste texto). No final de 2008 continuamos a aguardar tão importante diploma, no quadro do qual, a carta arqueológica, que aqui apresentamos, será uma ferramenta essencial para gestão do património do Vale do Côa e respectivo território.

Vila Nova de Foz Côa, Novembro de 2008

Bibliografia

Alarcão, J. de (1998) - Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. Conimbriga. Coimbra. 37, p. 89-119.

Allen, K. M. S.; Stanton, W. G.; Zubrow, B. W, eds. (1990) - Interpreting Space: GIS and Archaeology. : Taylor & Francis.

Aubry, T.; Carvalho, A. F. (1998) - O povoamento pré-histórico no Vale do Côa: Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). Côavisão. Vila Nova de Foz Côa. O, p. 23-34.

Aubry, T.; Carvalho, A. F.; Zilhão, J. (1998) - Arqueologia. In Zilhão, J., ed. - Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 74-209.

Cartailhac, É. (1902) - Les cavernes ornées de dessins: La grotte d'Altamira, Espagne: "Mea culpa" d'un scéptique. L'Anthropologie. Paris. 13, p. 348-358.

Carvalho, M. (1994) - Barragem de Foz Côa ameaça achado arqueológico. O Público. 21/11/94.

Clottes, J. (1998) - The 'Three Cs': fresh avenues towards European Palaeolithic art. In Chippindale, C.; Taçon, P., eds. - The Archaeology of Rock-Art. : Cambridge University Press, p. 112-129.

- Coixão, A. do N. S. (1996) - Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Emídio, S. de C. (2005) - Takhi ou cavalo selvagem da estepe: um caso de sucesso. *Tribuna da Natureza*. Porto. 22:p. 4-9.
- Guimarães, J. A. G.; Peixoto, M. da G. (1987) - Quinta de Santa Maria de Ervamoira. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 38-40.
- Lemos, F. S.; Baena, J.; Giestal, C. D.; Rocha, G., eds. (2000) - *Sistemas de Informação Arqueológica: SIG's aplicados à arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP.
- Luís, L. (2000) - Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82:4.e trimestre, p. 47-52.
- Luís, L. (2005) - Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), p. 31-60.
- Luís, L. (no prelo) - Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa. In Balbín Behrmann, R., ed. - *Arte al aire libre en el Sur de Europa (Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión [Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006])*.
- Pau-Preto, F. (2008) - O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território. Aveiro: Lugar do Plano.
- Pau-Preto, F.; Luís, L. (2003) - Plano de ordenamento de parque arqueológico: Uma nova figura de planeamento. *Planeamento: Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro. 1, p. 73-79.
- San Nicolás del Toro, M.; Muñoz Bellerín, P. (2001) - Sistemas de información geográfica aplicados al arte rupestre del arco mediterráneo de la Península Ibérica. *Panel: Revista de arte rupestre*. Sevilha. 1, p. 92-95.
- Tilley, C. (1994) - *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg.
- UNESCO (1999) - Report on the twenty-second session of the World Heritage Commission. Kyoto, Japan (30 November - 5 December 1998). Paris: World Heritage Commission.
- Zilhão, J., ed. (1998a) - Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa: trabalhos de 1995-1996. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Zilhão, J. (1998b) - Súmula dos resultados científicos. In Zilhão, J., ed. - *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 13-29.
- Zilhão, J. (2000) - La puesta en valor del arte rupestre del Valle del Côa. *Trabajos de Prehistoria*. 57:2, p. 57-64.